



POR UM PEDAÇO DE CHÃO: NARRATIVA DE UM TRABALHO DE CAMPO EM GEOGRAFIA AGRÁRIA

Lorena Coutinho de Lucena

Graduanda do Curso de Geografia da UFPB

Rebeca Maria Aguiar do Nascimento

Graduanda do Curso de Geografia da UFPB

RESUMO

Trazemos neste ensaio algumas das feições atuais da histórica luta pelo direito à terra no Brasil, a partir da experiência vivenciada em um trabalho de campo no Nordeste brasileiro, realizado junto à turma de Geografia agrária do Curso de Geografia da UFPB durante o segundo semestre de 2007. A disciplina foi ministrada pelo professor Edvaldo Carlos de Lima e o itinerário percorrido nos aproximou da realidade do conflito agrário nos estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas. O objetivo deste trabalho foi o de ampliar a nossa compreensão sobre as questões conhecidas na teoria e debatidas em sala de aula, assim como aproximarmos à práticas e metodologias da pesquisa empírica, aliadas à análise crítica do nosso objeto de análise: o campo brasileiro, a partir da realidade apreciada em três estados do NE e permeada de relações sociais contraditórias e lutas.

Palavras-chave: movimentos sociais no campo, monocultura canavieira, exclusão social, geografia agrária, trabalho de campo.

"A única ferramenta que temos é a nossa organização e a nossa decisão de continuar lutando. Melhor morrer lutando do que morrer de fome."

Jaime Amorim, líder do MST-PE

Introdução

A nossa reflexão tem o intuito de compreender os movimentos sociais no campo que lutam por terra hoje, estabelecendo uma ponte entre os conteúdos trabalhados durante a disciplina de Geografia Agrária com a realidade encontrada durante o trabalho de campo realizado nos estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas, no segundo semestre de 2007.

Buscamos compreender os efeitos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o qual se configurou promovendo um crescimento econômico descomprometido com o desenvolvimento e com a justiça social. Para tal, analisamos como se deu a formação do latifúndio canavieiro no Nordeste; como se desenvolveram diversas formas de exploração e expropriação dos trabalhadores que viviam e vivem na terra; como hoje os movimentos de luta por terra projetam uma nova sociedade; e, finalmente, como se estabelecem as relações campo-cidade e se constrói mediaticamente uma imagem distorcida da questão agrária brasileira.

Para este exercício nos fundamentamos no trabalho de Alberto Passos Guimarães, intitulado Quatro séculos de latifúndio, com ênfase no capítulo Propriedade e pré-história, onde o autor apresenta as formas como os índios viviam antes da chegada dos europeus e como se deu a apropriação das terras indígenas efetuadas pelos portugueses. Também, recorreremos ao artigo e Menezes “Tendências atuais das migrações internas no Brasil” publicado na obra organizada por Novaes e intitulada Migrantes, que aborda as questões migratórias brasileiras regidas por fatores econômicos mostrando como muitas pessoas têm que sair das suas cidades em busca de trabalho, engrossando em alguns casos as fileiras dos movimentos sociais que lutam por terra onde viver e trabalhar. Para entendermos o processo histórico da formação das lutas no campo no Brasil recorreremos a obra de José de Souza Martins, Os camponeses e a política no Brasil.

Expansão canavieira: o litoral nordestino como um grande canavial

A importância da cana-de-açúcar na formação da região Nordeste é indiscutível. A ocupação do espaço nordestino está intrinsecamente ligada à atividade agrícola de *plantation* que aqui se instaurou. Desde 1542, o donatário da capitania de Pernambuco, Duarte Coelho, já havia introduzido a cana-de-açúcar em suas terras. O ciclo do açúcar no Brasil colonial se estendeu até a segunda metade do século XVII. A partir de então, a exportação do produto declinou devido à concorrência do açúcar produzido nas Antilhas.

Mas, no Nordeste a importância econômica da produção da cana-de-açúcar vigorou até a atualidade, mesmo com as crises decorrentes da desvalorização do preço dessa produção frente o mercado internacional, e até mesmo pela produção em outras regiões do país.

Inicialmente a produção era, basicamente, restrita à elaboração do açúcar, outros derivados como a bebida destilada eram considerados de segunda ordem. Mas, durante o século XX com a expansão da frota automobilística e a necessidade de alternativas aos derivados de petróleo, a cana-de-açúcar através do etanol, adentrou no mercado como fonte de substituição do próprio petróleo, ou ao menos uma tentativa desta. O Programa Nacional do Álcool ou Proálcool foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto nº 76.593, com o objetivo de

estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos. A partir de aí, a produção da cana-de-açúcar no Nordeste, que já era considerada decadente, tomou novos rumos, e houve assim a expansão e formação de grandes propriedades monocultoras da cana, substituindo pequenas e médias propriedades agrícolas de produção variada.

Mas, com a estabilização do preço do petróleo no mercado mundial durante a segunda metade da década de 80, pelo apaziguamento das relações entre os países de maior produção do mesmo, localizados no Oriente Médio e Ásia, houve uma nova fase de estagnação e queda na produção da cana-de-açúcar.

Há, atualmente, um ressurgimento de políticas governamentais de incentivos fiscais para a aceleração e retomada da expansão do cultivo da cana, visto a necessidade mundial de melhor manejo das fontes energéticas. Fortes embates se travam em relação a questões ambientais e também em relação às reservas ainda disponíveis de petróleo. O etanol viria a torna-se uma alternativa duradoura como combustível automobilístico “ilimitável e também ambientalmente aceitável”, segundo o discurso das políticas de incentivo para a cana.

Áreas de plantio tradicionais, tanto na mata pernambucana quanto paraibana, foram observadas no nosso trajeto. Constatamos a expansão frenética do cultivo dessa produção, onde mesmo o relevo ondulado e a possível carência de água para irrigação em determinados períodos do ano, não impedem que este crescimento ocupe a mata e adentre pelo agreste nordestino.

Observamos também a existência de mão-de-obra temporária, contratada nas periferias das cidades adjacentes às grandes plantações. Os trabalhadores são empregados no corte nas áreas onde o relevo colinoso impede que as máquinas entrem.

Em relação à irrigação destaca o mecanismo do pivô central, a qual demanda uma quantidade considerável de água.

Conseguimos constatar, por tanto, o crescimento da cana na maior parte do percurso litorâneo entre João Pessoa (Paraíba) – Goiana (Pernambuco), onde o deserto verde em crescimento contrasta frequentemente com povoados e pequenas cidades em situações precárias, que apenas conseguem retirar de toda esta “riqueza” o pequeno salário resultante do trabalho desgastante no corte da cana.

Favelização do homem do campo: o caso da comunidade negra Nação Africana Pretinha do “Congo”

Durante o percurso de Paraíba a Pernambuco, podemos observar o quanto à produtividade da cana-de-açúcar é geradora das desigualdades sociais. Convivendo com os poderosos canaviais aparecem os povoados nas margens, também vivem nas margens da sociedade baseada na lógica desigual e excludente capitalista.

Na área do canal Goiana (PE) encontramos no interior de uma extensa paisagem uma comunidade negra sobrevivente nos restos de terras ocupados pelos canaviais. Grande parte dos moradores da comunidade trabalha no corte de cana de forma eventual. Sem a presença do Estado nessa comunidade a população fica a mercê do grande latifundiário, que possui um discurso de legalidade pra se afirmar como dono de terras, mas ao mesmo tempo nega os direitos trabalhistas aos seus próprios trabalhadores.

Mais de 250 pessoas sobrevivem nessa precariedade, trabalhando no corte da cana e recebendo uma “ajuda” da prefeitura e desconhecendo seus direitos. Os primeiros negros que se instalaram nessas terras fundaram a Nação Africana Pretinha do “Congo”, em 1936, como um lugar pra reunir a comunidade, narrar histórias de seus antepassados, cantar e dançar. Ou seja, um lugar de resistência e memória coletiva de um povo oprimido e explorado secularmente.



Figura 01. Comunidade negra Nação Africana Pretinha do “Congo”, Goiânia – PE.

Nos dias atuais raramente realizam-se encontros na comunidade. Alguns dos seus membros apresentam a sua cultura em outros locais, onde são pagos pela apresentação. Eles encontraram uma forma de sobreviver transmitindo sua cultura e retirando daí uma força para continuar.

De maneira geral pode-se afirmar que a monocultura da cana é excludente tanto para aqueles que vão embora, aumentando os números sobre êxodo rural no Brasil, e vão viver nas periferias dos centros urbanos, quanto para os que vivem em pequenos trechos próximos aos canaviais. A exploração cada vez maior do trabalhador, a retirada da floresta natural; a acumulação desigual do capital na mão de poucos, geram esse contraste com a miséria de muitos.



Figura 2. Canavial nas margens da BR 101.

Retorno migratório a busca por um pedaço de terra

Deixar uma história de desemprego e miséria urbana na periferia como único caminho para quem, vindo do campo, não teve condições de poder estudar, não por falta de vontade ou falta de compromisso, mas sim pela falta de tempo e pelo cansaço causado pela lida com terra desde cedo, é o caso de muitos sem-terras acampados por todo o Nordeste, cujo retorno das grandes cidades, especialmente no sudeste no Brasil, foi impulsionado pelas condições precárias causadas pela falta do emprego.

O Sudeste do país, atualmente oferece um mercado de trabalho aberto apenas para aqueles que têm formação, o que não é o caso da maior parte dos trabalhadores que ainda o vêm a migração um caminho de esperança e uma melhoria de vida. Este é o caso de uma das famílias acampadas nas margens da BR101- km 112 no município de Cruzamento, no estado de Pernambuco. A família voltou de São Paulo com o objetivo de conquistar um pedaço de terra. O acampamento em que se encontravam não tinha um nome próprio e também não era vinculado a nenhum movimento social do campo. Em conversas com os acampados conseguimos saber que o seu líder, como quase todos os acampados, moravam na cidade de Cruzamento, e só iam ao acampamento nos momentos de reunião, que ocorriam pelo domingo à tarde.



Figura 03. Família de acampados na BR101-km 112 município de Cruzamento PE.

Durante elas, os acampados declararam que as discussões relacionadas ao direito de prioridade, em relação aos primeiros desapropriamentos, abalam a união do grupo e fomentam a contradição e as disputas dentro do próprio acampamento.

A família entrevistada era uma das únicas a morarem definitivamente no acampamento, arcando assim com a falta de luz, água e o perigo da vida na beira da pista. A renda desta provinha do trabalho da mãe de família como lavadora de pratos em um restaurante na cidade, e do pai, como pastor de uma pequena criação de bodes e aves. A família ainda possuía uma criança, uma menina, que suportava junto com seus pais toda essa situação, onde mesmo com as dificuldades estudava e ajudava com a mãe em casa.

Pela ordem de chegada os primeiros acampados seriam os primeiros a receberem os terrenos nas fazendas expropriadas, mas a questão a ser discutida é que muito destes moravam na cidade, enquanto alguns poucos continuavam acampados e que não iriam ter prioridade. Esse fato veio a abalar o grupo, onde discussões tomaram palco e descrédito da causa por parte dos acampados e também dos pesquisadores ouvintes.

Mas ressaltamos o fato de cada caso ser analisado de modo a ser compreendido no seu contexto, e assim não generalizar o objeto como um todo, ou seja, acampamentos e assentados, nos seus sucessos ou não, devem ser analisados nos pontos individuais antes que haja a generalização da causa perante um infortúnio.

A Reconstrução do espaço através do poder de um novo pensar a sociedade

O Centro de Formação Paulo Freire está localizado em Caruaru, Pernambuco, no assentamento Normandia, antigo latifúndio. Depois de um longo processo de luta o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), conquistou a área que se tornou um símbolo de luta e vitória do movimento pela terra.



Figura 4. Centro de Formação Paulo Freire, Caruaru – PE.

Esse centro é formado por alunos(as) de várias partes do Brasil que de uma ou outra forma se encontraram como parte e um todo da luta pela terra. Meninos e

meninas que antes se encontravam sem perspectivas hoje na sua própria mística mostram que não só possuem perspectiva de vida como a origem de uma nova forma de viver.

Na sua porta de entrada encontramos dois bustos, um de Ernesto Guevara outro de Paulo Freire. Indicando pra onde se trilha os caminhos dessa nova forma de educar, onde a aprendizagem projeta outra lógica de sociedade.

Foi no Centro de Formação Paulo Freire, que aconteceu a palestra, com Jaime Amorim, líder do MST em Pernambuco. Ele apresentou como se configurou a questão agrária no Brasil e os processos que levaram a luta pela terra aos parâmetros que ela tem nos dias atuais.

Questionando o conceito de cidade trabalhado pelo IBGE, para classificar áreas urbanas e rurais, que apresenta um Brasil com 18% de pessoas vivendo no campo, Jaime Amorim coloca que hoje temos é um país camponês dentro do urbano, com um desenvolvimento agrícola projetado segundo no tripé: grande propriedade, monocultura e mão-de-obra escrava.

Com a invasão portuguesa o Brasil é submetido aos interesses internacionais, ou seja, o espaço natural indígena se transforma em espaço alienado colonial. A construção das grandes propriedades se deu através da Lei de terra criada em 1850, que afirmava só poder ocupar as terras por compra e venda ou por autorização do rei para impedir que os escravos conseguissem terras e para manter o poder dos grandes proprietários de terra, assim transmitindo a cultura de que ter muitas terras é algo natural, mas na prática quanto mais terras, maior o poder de submeter os demais à exploração.

Uma das bases desse tripé à monocultura, iniciada pelos canaviais, sempre dependente do Estado. Hoje existem empresas internacionais comprando terras no sul do país, para monocultura agroexportadora da soja e eucalipto. Por isso, o MST considera fundamental discutir o modelo de desenvolvimento a serviço dos interesses nacionais.

A terceira base que sustenta todo esse sistema exploratório é a mão-de-obra escrava, pois a agricultura brasileira não sobrevive sem os escravos, dentro em vista a acumulação capitalista através da mais-valia absoluta. E o tipo de emprego que se consegue hoje nas fazendas é precário, onde os trabalhadores são contratados por diárias, com condições paupérrimas e ainda a persistência do trabalho escravo.

Produzindo uma estrutura agrária injusta tornando-a um problema da nação brasileira não se restringindo a classe camponesa, visto que atinge toda a população que não se enquadra na elite brasileira, pois os reflexos do capitalismo são sentidos por toda classe de trabalhadores. Nesse processo é que surge o MST formado como um movimento de caráter socialista, sem ter na lógica capitalista espaço para uma real reforma agrária.

O primeiro Plano de Reforma Agrária surgiu no Governo Sarney. O Plano analisa o latifúndio e crítica o processo de ocupação brasileira, porém teve como consequência o esvaziamento das áreas de menor tensão e a desapropriação das terras, com isso, a cada tensão resolvida motivava a criação de outros focos de luta.

Fernando Collor inovou com o neoliberalismo no Brasil copiando o capitalismo dependente (modelo norte-americano). Para a liderança do MST foi um retrocesso para a reforma agrária, pois o Governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao neoliberalismo com as inúmeras privatizações e pseudos projetos de reforma agrária. Luís Inácio Lula da Silva investiu no modelo de agroexportação e no processo reacionário de reverter emissão de posse de terras, e ao mesmo tempo, criou métodos de desestimulação (bolsa família, cestas básicas...) criando-se uma situação favorável para camuflar o movimento de luta pela terra. Sendo assim, novamente a terra passa por um processo de reconcentração.

A mídia também mudou o seu plano para combater o movimento de luta pela terra. Se antes as emissoras criminalizavam o movimento agora passam a não contar os fatos e tratar como se o movimento não existisse. Não é só a mídia que se modifica, o perfil do camponês também muda, sem ter terra pra trabalhar e cansado da exploração pelos fazendeiros se instalam nas periferias, porém continua vivendo como camponês.

Jaime Amorin ainda aborda questões como: transposição do rio São Francisco, como sendo uma nova forma de acumulação capitalista e gerenciamento da água; a mudança de lemas fazendo parte de cada contexto social vivenciado pela sociedade brasileira; e por fim a questão educacional, do Centro de Formação Paulo Freire, como um espaço de saber que faz a aberturar para se pensar numa outra lógica sem ser a imposta pela lógica capitalista.

No que diz respeito ao projeto pedagógico, do Centro de Formação Paulo Freire, pode-se observar em diálogos com os jovens lá presentes, o quanto à formação educacional está entrelaçada com a formação política e ideológica, ou seja, ao mesmo tempo em que esses jovens são alfabetizados eles descobrem e constroem uma nova forma de pensar a sociedade e no reconstruir do espaço.

Caldart (2000) discorre sobre a pedagogia trabalhada pelo MST, como as ações embutidas numa prática ritual, como a mística pode deixar um espaço aberto para reflexão do pensar outra lógica e se libertar dos pensamentos já tão impostos pela sociedade do mundo globalizado. A mística realizada pelos meninos e meninas do centro é um momento de responsabilidade que cada um demonstra em fazer um chamado do despertar do dia-a-dia pelo amor a luta pela terra, sendo a ocasião de por em prática o conhecimento político e ideológico formulado durante a convivência e o fazer parte do movimento.

Comunidade Xucuru-palmeira: luta histórica pela identidade indígena

Os povos indígenas do Brasil pré-colonial não reconheciam a terra como um produto, esta foi assim utilizada pelo capital colonialista aqui instaurado pelos europeus na sua busca civilizatória sedenta pelo lucro e pela acumulação. Travou-se então a disputa entre a lógica capitalista de dominação e expansão pela terra e pelas riquezas retiradas desta, e aquela que até então considerava o seu território como algo que transcendia o material e adentrava a mística religiosa.

O espaço conquistado em detrimento de culturas inteiras devastadas pela morte e também pela força, onde povos acudados deixavam os seus saberes e suas práticas, e passavam a tentar se adaptar ao seu conquistador, venerando o seu Deus, falando a sua língua e esquecendo aos poucos a sua verdadeira cultura, foi venerado pela história relatada de modo oficial pelos livros didáticos como produto da luta dos desbravadores bandeirantes, estes meros mercadores de escravos que adentraram o Brasil em busca de vidas e minerais.

A luta por este espaço teve como resultado a perda para o índio do seu espaço e também do seu conceito como cidadão, sendo classificado muitas vezes como membro social de segunda categoria. Desprezado pelo sistema que usurpou o direito de poder viver do único modo que lhe era conhecido, foi marginalizado e esquecido pela história, sendo as periferias das malhas urbanas contemporâneas redutos de grupos desaldeados, produto de todo um processo histórico de escanteamento de direitos que esses povos vieram a sofrer.

No Estado de Alagoas pudemos observar, no município de Palmeira dos Índios, pudemos observar um processo que se torna freqüente entre as comunidades indígenas remanescentes, a busca pelos direitos pela terra, e com isso a conquista da dignidade que lhes foi abalada pela insuficiência de recursos para manter-se, em função do processo de favelização, e as implicações sociais pela carência material, como o alcoolismo, a prostituição e o uso de drogas ilícitas, vieram a abalar, mas também dar forças para seguir em busca do propósito maior, a união do grupo como indivíduos pertencentes a uma comunidade e com direitos e serem cumpridos.

Na região, a comunidade Xucuru-Palmeira que pertence à etnia Xucuru-cariri, com o apoio de pesquisadores da Universidade Federal de Alagoas, buscam provar para o INCRA que possuem direitos históricos a terras naquela localidade. Como ainda não obtiveram retorno governamental no início de 2008 ocuparam a fazenda de Buenos Aires, que no momento estava inativa. Ocuparam a casa grande, e quando a turma de Geografia agrária da UFPB chegou lá junto vários professores da UFAL, a comunidade estava há dois dias vivendo em situação muito precária, com carência alimentícia. Também, estavam sendo submetidos a

constantes ameaças por parte de membros da família dos proprietários dessa fazenda.



Figura 5. Comunidade Xucuru-palmeira, Palmeira dos Índios – AL.

Apesar das dificuldades impostas por este impasse legal, que transfiguram os índios, antigos moradores expurgados de suas terras por meio da força, em invasores ilegais, a comunidade mantém-se unida como único meio de sobrevivência daquilo que a tanto custo resgata e promove, a sua condição de índios.

No Brasil “é indígena um grupo de pessoas que se identifica como coletividade distinta do conjunto da sociedade nacional em virtude de seus vínculos históricos com populações de origem pré-colombiana” (Instituto Sócio Ambiental); e que esses grupos devem ser ressarcidos daquilo que historicamente lhes foi retirado, o direito de viverem a sua cultura e na sua terra.

A Luta do Negro pela real libertação

Na antiga fazenda Bela vista, também no município de Palmeira dos Índios, encontram-se os *quilombolas da tabacaria*, que compõem uma comunidade de 95 famílias negras remanescentes de quilombo num território de 410 hectares de terras. Para estas famílias a terra é um meio de libertação.



Figura 6. Comunidade Quilombola, em Tabacaria – AL.

Trabalham com a agricultura de subsistência plantam, milho feijão, batata doce entre outras culturas, mas quanto chega o inverno não cultivam devido à falta de recursos. Nesse período é quando as famílias passam por maiores dificuldades, pois não recebem nem um tipo de ajuda. Além disso, passam problemas por não terem posto de saúde próximo e não possuem nenhum meio de locomoção próprio, tendo com isso que pagar veículo de transporte para se dirigir ao posto de saúde.

Todos os quilombolas trabalham na terra e não existe nenhuma forma de divisão do território. Todas as famílias cultivam livremente e não existe a noção ente elas de “meu e seu”. As crianças estudam nas escolas públicas e as novas gerações pretendem permanecer na terra. Recebem apoio do MST de Alagoas e raramente chegam até elas às cestas de alimentação básica do governo.

É bom deixar claro que a luta dos quilombolas pela terra continua mesmo com a posse das terras. Só muda o foco porque agora a luta é pra permanecer no território mesmo sem nem um tipo de ajuda efetiva.

Considerações finais

O sistema econômico e modo de vida instaurado através da força do capital provocaram transformações no campo, onde os interesses da acumulação por parte dos grandes latifundiários se sobrepõem há questões básicas de

sobrevivências de muitos. A concentração de terra fez gerar inúmeros conflitos, muitas vezes essa concentração de latifúndios em áreas férteis e bem localizadas, é utilizada apenas para o mérito da especulação monetária. Com isso, grupos marginalizados pela sociedade, unem-se com um propósito, a luta por esta terra que lhes foi retirada através de todo um processo histórico de exploração à massa por grupos minoritários que se julgam no direito de sentirem-se donos de um pedaço de terra, e que nada por ela fazem.

BIBLIOGRAFIA

BARBIERI, Gisele. **Trabalho nos canaviais é fortemente degradante**. Disponível em <www.riosvivos.org.br>. Acesso: em 27 de março de 2007.

BETO RICARDO, B.; VILLAS BOAS, A. **Povos indígenas no Brasil**. Disponível em <www.socioambiental.org>. Acesso em: 27 de março de 2007.

KAUTSKY. **A questão agrária**. São Paulo: Nova cultural, 1986.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1990.

BRASIL. **Programa Brasileiro de Álcool (PróAlcool)**. Disponível em <www.biodieselbr.com>. Acesso: em: 27 de março 2007.

SANTOS, A. L. da S.; PEREIRA, E. C. G.; ANDRADE, L. H. C. A expansão da cana-de-açúcar no espaço alagoano e suas conseqüências sobre o meio ambiente e a identidade cultural. **Revista de Geografia Agrária Campo e Território**. v 2, n. 4, 2007.

RODRIGUES, M. de F. R.; **Tem truká na aldeia: narrativa de um trabalho de campo na ilha de Assunção, Cabrobó-PE**, Revista OKARA: Geografia em debate, v.1, n.1, p. 1-152, 2007.

MENEZES, M. L. P.; **Tendências atuais das migrações internas no Brasil**. Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales, n.69(45), 2000.

Contato com os autores: lorenalucen@gmail.com, rebys.geografafa@hotmail.com

Recebido em: 20/03/2008

Aprovado em: 04/04/2008